

### JURISPRUDÊNCIA NACIONAL RELEVANTE

#### - INSOLVÊNCIA -

##### Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 5 de maio de 2015

###### **Resolução em benefício da massa insolvente**

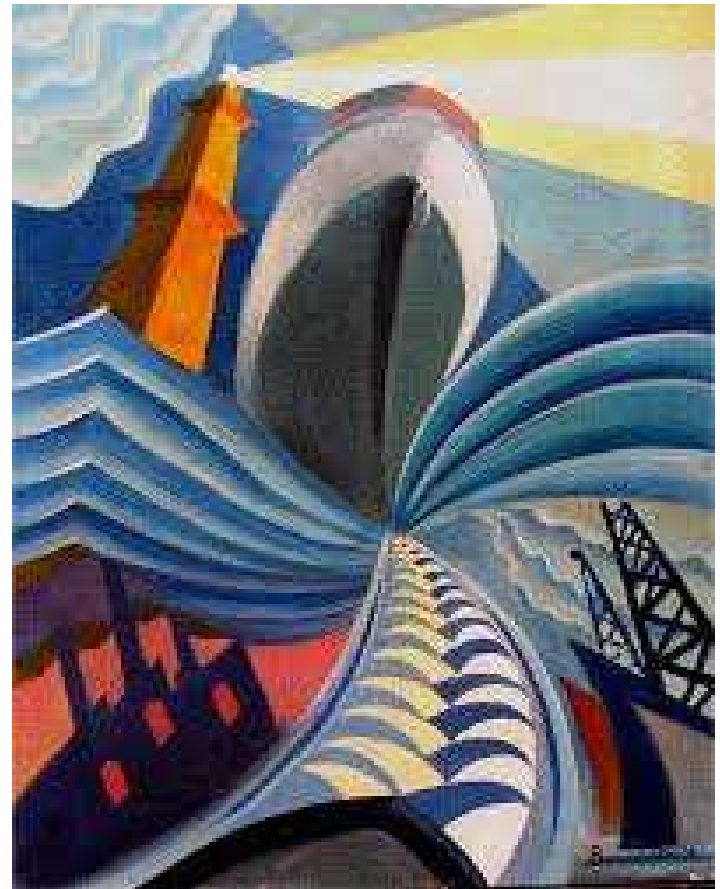
Sendo a Autora uma terceira transmissária do bem objeto de transmissão anterior pela Insolvente, cuja resolução foi efetuada pelo Administrador da Insolvência, a oponibilidade desta em relação àquela Autora só é operante quando esteja apurada a sua má-fé. Estas duas situações, embora interligadas, não se constituem em vasos comunicantes entre si, porquanto a licitude e eficácia da declaração resolutiva da transmissão havida, não acarreta automaticamente a sua oponibilidade a terceiros posteriores adquirentes dos bens dela objeto, como decorre aliás do preceituado no artigo 124º, n.º 1 do CIRE, onde se predispõe que «A oponibilidade da resolução do ato a transmissários posteriores pressupõe a má-fé destes, salvo tratando-se de sucessores a título universal ou se a nova transmissão tiver ocorrido a título gratuito.». A má-fé do terceiro adquirente constitui na espécie uma condição *sine qua non*, aproximando-se este regime do da impugnação pauliana prevenido no artigo 613º do CCivil.

#### - FISCAL -

##### Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 22 de abril de 2015

###### **IRS – Mais-valias – Regime Transitório**

Por força do disposto no art. 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro, diploma que aprovou o CIRS, fixando um regime transitório para os rendimentos da categoria G, os ganhos que não eram sujeitos



ao imposto de mais-valias só ficam sujeitos a IRS se a aquisição dos bens ou direitos de cuja transmissão provém se houver efetuado após a entrada em vigor daquele código, em 1 de Janeiro de 1989. Assim, não estão sujeitos a tributação em IRS os ganhos resultantes da venda efetuada em 2001 de um prédio adquirido em 1982 como prédio misto e que mantinha essa natureza à data da entrada em vigor do CIRS.

#### - COMERCIAL -

##### Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 5 de maio de 2015

###### **Extinção de sociedade – Legitimidade – Dívida**

De harmonia com o que estabelece o n.º 1 do art.º 30º do NCPC, o réu é parte legítima “quando tem interesse direto em contradizer”, adiantando o n.º 2 do mesmo artigo que o interesse em contradizer se exprime “pelo

prejuízo que dessa procedência advenha”. Por seu turno, no nº 3 deste artº 30 consigna-se que “na falta de indicação da lei em contrário, são considerados titulares do interesse relevante para o efeito da legitimidade os sujeitos da relação controvertida, tal como é configurada pelo autor.”. Os arts. 162º e 163º do Código das Sociedades Comerciais, distinguem e regulam dois modos diferentes de fazer intervir os sócios em ação instaurada por dívida da sociedade extinta, consoante a ação esteja pendente à data da extinção da sociedade ou seja instaurada após a extinção da sociedade. Tratando-se de ação pendente à data da extinção da sociedade, a substituição da sociedade pelo conjunto dos sócios, representados pelos liquidatários, é imediata e feita no próprio processo, sem necessidade de qualquer justificação e sem necessidade de recorrer ao incidente de habilitação (art. 162º do CSC). Tratando-se de ação a instaurar após a extinção da sociedade por dívida não paga nem acautelada no ato da liquidação, terá que ser proposta contra a generalidade dos sócios, também representados pelos liquidatários, e considerando que cada sócio apenas responde até ao montante que recebeu na partilha (art. 163º, nº 1, do CSC), o demandante terá que justificar, na petição inicial, que, aquando do encerramento da liquidação, a extinta sociedade possuía bens e/ou valores e que esses bens e/ou valores foram distribuídos pelos sócios demandados. Só tem direito ao reembolso do ativo restante quem for sócio na data da partilha ou o titular do direito, se tiver sido alienado o direito ao saldo de liquidação. E se de acordo com o que estabelece o artº 163º, nas ações que, encerrada a liquidação e extinta a sociedade, foram interpostas para cobrança do passivo social não satisfeito ou acautelado, os antigos sócios respondem apenas até ao montante que receberam na partilha, afigura-se que só quem, à data da partilha, tenha a qualidade de sócio, pode responder nos termos do preceito em análise. Significa isto que “antigo sócio”, para efeitos do disposto no artº 163º do CSC, não é todo aquele que tenha tido essa qualidade ao longo da vida da sociedade, mas apenas quem a possuía na ocasião da partilha, sendo que, mesmo neste caso, em princípio, só responderá pelo passivo superveniente se houver recebido aquando da partilha e, nesse caso, ainda, apenas até ao montante que recebeu. A jurisprudência,

maioritariamente, bem como alguma doutrina, tem entendido que compete ao demandante, nas ações a que se reporta o artº 163º do CSC, a alegação e prova (artº 342º, nº 1 do Código Civil) de que, “aquando do encerramento da liquidação, a extinta sociedade possuía bens e/ou valores e que esses bens e/ou valores foram distribuídos pelos sócios demandados”.

## **- CIVIL -**

### **[Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 30 de Abril de 2015](#)**

#### **Caminho público – Servidão de passagem**

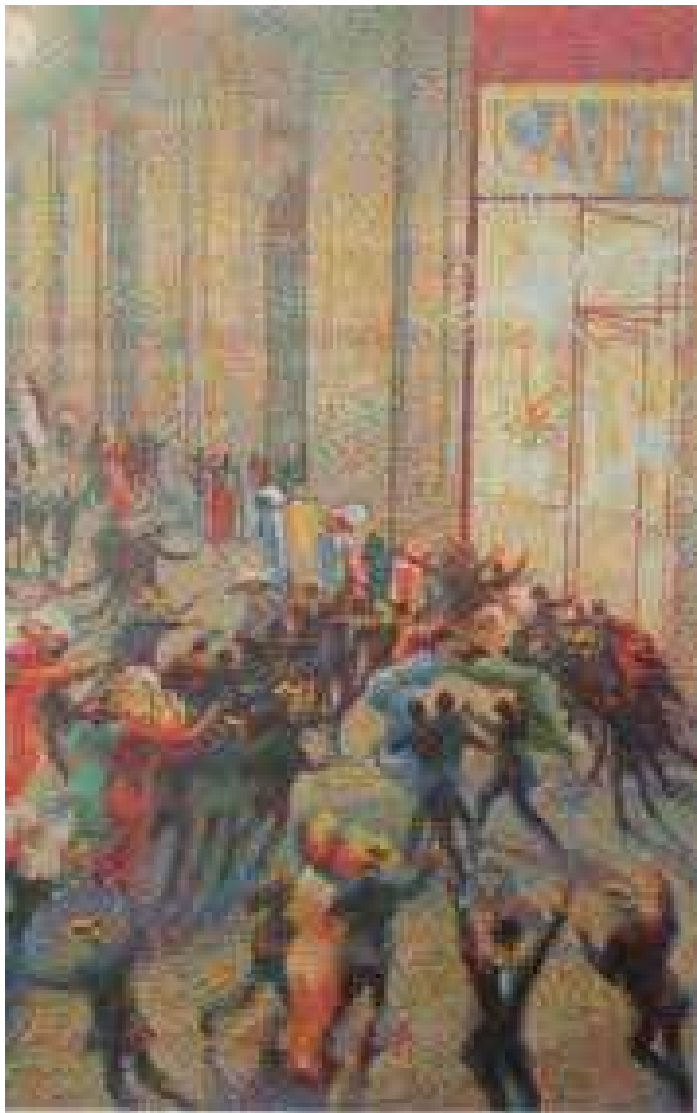
Para que um caminho possa ser considerado como caminho público, necessário se torna a verificação dos seguintes requisitos: o uso direto e imediato por parte do público em geral; que esse uso se verifique desde tempos imemoriais; e que esse uso satisfaça interesses coletivos de significativo grau de relevância.

## **- CONSUMO -**

### **[Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 23 de março de 2015](#)**

#### **Venda de bens de consumo – Defeitos – Incumprimento do devedor**

Nos termos do DL n.º 67/2003, de 08-04, os meios que o comprador que for consumidor tem ao seu dispor para reagir contra a venda de um objeto defeituoso, não têm qualquer hierarquização ou precedência na sua escolha. Segundo o n.º 5 do art. 4.º do referido diploma legal, essa escolha apenas está limitada pela impossibilidade do meio ou pela natureza abusiva da escolha nos termos gerais. Tratando-se de compra e venda de um automóvel novo de gama média/alta que após várias substituições de embraiagem, de software e de volante do motor, continuava a apresentar defeitos na embraiagem, pode o comprador consumidor recusar nova proposta de substituição de embraiagem – a terceira – e requerer a resolução do contrato, sem incorrer em abuso de direito. Apurando-se que o



*suportar pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores não pode ser fixada em montante superior ao da prestação de alimentos a que está vinculado o devedor originário.»*

## PRINCIPAIS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

### - FISCAL -

#### Portaria n.º 120/2015, 4 de maio de 2015

Fixa, para o ano de 2014, a percentagem do montante das cobranças coercivas derivadas dos processos instaurados pelos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira a afetar ao Fundo de Estabilização Tributário.

### - PENAL -

#### Lei n.º 35/2015, de 4 de maio de 2015

Primeira alteração à Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, que aprova o regime jurídico do mandado de detenção europeu, em cumprimento da Decisão-Quadro 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido.

#### Lei n.º 36/2015, de 4 de maio de 2015

Estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coação em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados membros no caso de incumprimento das medidas impostas, transpondo a Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009.

## UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

### Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, de 19 de março de 2015

*«Nos termos do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 75/98, de 19 de Novembro, e no artigo 3.º n.º 3 do DL n.º 164/99, de 13 de Maio, a prestação a*